



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003749-66.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Leonilda Gomes da Silva**
 Requerido: **Valdeci Fernandes de Almeida**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

LEONILDA GOMES DA SILVA pediram o despejo de **VALDECI FERNANDES DE ALMEIDA** do imóvel locado, situado na Rua João Miguel Rodrigues, nº 239, Cidade Aracy I, nesta cidade, haja vista a falta de pagamento dos aluguéis. Pediu também a condenação do locatário ao pagamento do débito.

Deferiu-se liminarmente o despejo.

Determinou-se à autora prestar caução no valor de três meses de aluguel. Não houve a prestação da caução.

Citado, o locatário não contestou o pedido nem pediu a purgação da mora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelos autores (Código de Processo Civil, artigo 344), notadamente a existência de relação locatícia e a inadimplência, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido.

Isto posto, **acolho os pedidos** e declaro rescindida a locação, decretando o despejo do locatário, do prédio locado, assinando-lhe o prazo de quinze dias para desocupação voluntária.

Outrossim, condeno o réu, **VALDECI FERNANDES DE ALMEIDA**, a pagar à autora **LEONILDA GOMES DA SILVA**, o valor correspondente aos aluguéis identificados na petição inicial, além daqueles que se vencerem até a data da efetiva desocupação do imóvel, com correção monetária, juros moratórios, custas processuais e



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

honorários advocatícios do patrono da autora, fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 09 de junho de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**